

☆continuação

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2021: As demonstrações financeiras consolidadas da DFS incluem:

Nome	Principal Atividade	País Sede	Participação - %			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Congebra Alimentos S.A.	Distribuição de Alimentos	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	–
Oesa Comércio e Representações S.A.	Distribuição de Alimentos	Brasil	68,75%	31,25%	58,18%	55,81%
MG Log Distribuição e Logística Ltda.	Transportes Rodoviários	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
MGFrio Armazém Gerais Ltda.	Armazenagem em geral	Brasil	–	–	0,01%	99,99%
Hok Transportes Ltda.	Transportes Rodoviários	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Imperial Importação e Exportação Ltda	Distribuição de Alimentos	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	Distribuição de Alimentos	Brasil	–	–	–	100,00%
Cerealista Nova Safra Ltda.	Distribuição de Alimentos	Brasil	–	100,00%	–	–
Flecha Foods Ltda.	Distribuição de Alimentos	Brasil	–	100,00%	–	–
Frios Transportada Ltda.	Transportes Rodoviários	Brasil	–	100,00%	–	–
Johann Alimentos Ltda.	Distribuição de Alimentos	Brasil	–	100,00%	–	–
Noia Alimentos Ltda.	Distribuição de Alimentos	Brasil	–	100,00%	–	–

As Empresas MG Log Distribuição e Logística Ltda. e DB Distribuidora de Alimentos Ltda. foram incorporadas pelas suas controladoras, Congebra Alimentos S.A. e Oesa Comércio e Representações S.A., respectivamente, no decorrer do exercício de 2021. Dessa forma seu acervo líquido já se encontra consolidado nas incorporadoras na data base de 31 de dezembro de 2021. **Controladora do Grupo:** A controladora ("holding") é a DFS Holding S.A., sediada no Brasil, e que detém 100,00% das ações ordinárias (2020: 100,00%).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.3. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.4. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.5. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia e de sua controlada para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.6. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.7. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir:

Classe de imobilizado	Vida útil
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Equipamentos de telecomunicação	6% a 20% a.a.
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.
Veículos	7% a 20% a.a.
Beneficentários em imóveis de terceiros	3% a 10% a.a.

3.9. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **3.10. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Companhia é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.11. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - partes relacionadas empréstimos e financiamentos da Companhia são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.12. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados

Notas Explicativas da DFS HOLDING S.A.

como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.13. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.15. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Prestação de serviços:** A receita de serviços de transporte é reconhecida com base na movimentação de mercadorias pela frota da Companhia, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **Recita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada MG Log Distribuição e Logística Ltda. e Frios Transportadora Ltda. optam pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido da controlada é calculada à razão de 8% sobre as receitas de serviços de transporte, 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Dessa forma, as Empresas não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas reverterem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.18. Incentivos fiscais:** A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Companhia não possui empréstimos

contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 22. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 24 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.21. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas relacionada na nota explicativa nº 11. As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) **Controladas:** Controladas são as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre Companhia e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia. b) **Transações e participações não controladoras:** Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é continua—

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e

foi publicada na página de Relação com o

Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Estadão

→ **continuação**

registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada a seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	939	178
Bancos - conta movimento	-	-	52.510	1.055
Aplicações de liquidez imediata	61	140	87.902	120.456
	61	140	141.351	121.689

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remuneradas a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

5. Contas a receber:

	Consolidado	
	2021	2020
Clientes - mercado interno	207.501	157.713
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.947)	(8.921)
	199.554	148.792

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	175.969	129.102
0 a 30 dias	20.559	18.475
31 a 60 dias	3.299	3.023
61 a 90 dias	2.228	2.140
Há mais de 90 dias	5.446	4.973
	207.501	157.713

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(8.921)	(2.354)
Adições	(23.796)	(32.763)
Reversões	24.770	24.688
Baixas	-	1.508
Saldo no final do exercício	(7.947)	(8.921)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias e/ou com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoque de mercadorias: A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Estoque de mercadorias para revenda	231.848	141.062
Provisão para realização de estoques	(950)	(4.106)
Adiantamento a fornecedores mercado externo	10.786	19.119
	241.684	156.075

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura.

A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(4.106)	(5.300)
Constituição de provisão	(9.105)	(5.877)
Reversão de provisão	12.261	7.071
Saldo no final do exercício	(950)	(4.106)

7. Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar	-	-	10.299	11.059
IRPJ	556	12	2.210	1.148
Contribuição social	213	8	918	529
PIS/COFINS a recuperar	48	15	60.409	12.807
Imposto de renda retido s/aplicações financeiras	58	58	390	134
Outros	-	-	847	87
	875	93	75.073	25.764

No decorrer do ano de 2021 as investidas Oesa, Nova Safra, Congebras e Imperial obtiveram trânsito em julgado nas ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito em julgado das ações contribuiu para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. Outro fato que contribuiu para o aumento dos impostos a recuperar foi o pedido de ressarcimento de ICMS-ST, na investida Nova Safra, pago na venda para não contribuintes. Devido a invertida ser substituída e ter recebido mercadorias com o ICMS-ST retido, foi realizado ressarcimento do valor do imposto retido a maior, correspondente à diferença entre o valor que serviu de base à retenção e o valor da operação realizada com consumidor final.

8. Investimentos: A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021 é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Investimento	630.636	450.055		
Mais-valia de ativos adquiridos	161	523		
Ágio	11.354	11.354		
	642.151	461.932		

Investimento em controlada avaliado por equivalência patrimonial: A movimentação do saldo de investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro	461.932	283.270		
Equivalência patrimonial	39.016	(1.845)		
Amortização de mais-valia	(363)	(3.516)		
Aporte de capital	141.877	184.023		
Dividendos distribuídos por controlada	(311)	-		
Saldo em 31 de dezembro	642.151	461.932		

Informações relevantes sobre as controladas

	31/12/2021									
	Quantidade		Capital		Patrimônio		Investi-		Lucro	
	total de ações	% social	Ativo	Passivo	líquido	mento	Receita líquida	líquido das controladas	Resultado equivalente	Resultado
Controladas										
Congebras	16.008.639	100,00%	56.226	277.197	45.947	202.570	202.570	169.523	29.669	29.669
Oesa	14.174.506	68,75%	397.249	1.159.416	578.595	580.821	399.381	1.471.998	13.596	9.346
Imperial	1	0,01%	13.136	87.479	59.454	28.025	3	309.056	8.081	1
Hok	1	0,01%	14.598	32.026	11.869	20.157	2	80.875	2.313	-
Total						630.636				39.016

	31/12/2020									
	Quantidade		Capital		Patrimônio		Investi-		Lucro	
	total de ações	% social	Ativo	Passivo	líquido	mento	Receita líquida	líquido das controladas	Resultado equivalente	Resultado
Controladas										
Congebras	16.008.639	100,00%	56.226	230.099	27.529	202.570	202.570	169.523	(5.309)	(5.308)
Oesa	8.964.022	58,18%	255.373	708.876	283.511	425.365	247.480	1.214.558	4.028	3.462
Imperial	1	0,01%	13.136	81.542	61.599	19.943	2	233.530	2.428	-
Hok	1	0,01%	14.598	48.615	13.758	34.857	3	94.177	17.322	1
Total						450.055				(1.845)

Aquisição de participações societárias. Durante o exercício de 2021 a Companhia obteve o controle das respectivas entidades, resultado nas respectivas alocações: *Ativos adquiridos e passivos assumidos*

	(a) Nova Safra	(b) Fecha	(c) Frios	(d) Johann	(e) Nóia
	Alocação definitiva				
	04/01/2021	30/06/2021	30/06/2021	31/08/2021	31/08/2021
Acervo líquido das entidades adquiridas					
Ativos					
Caixas e equivalentes	15.172	972	75	7.541	861
Contas a receber	16.184	4.282	9	15.425	2.941
Estoques	30.369	3.377	-	21.444	3.617
Impostos a recuperar	-	203	-	14.704	199
Outros ativos	20.025	-	11	1.769	6
Imobilizado, Intangível, Direito uso	23.149	4.228	-	25.352	2.027
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(438)	-
Fornecedores	(24.623)	(4.231)	-	(23.647)	(3.737)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.653)	(233)	(90)	(6.296)	(973)
Imposto a pagar	(5.714)	(850)	(57)	(2.273)	(131)
Outros passivos não operacionais	(16.717)	(1.940)	-	(7)	(1.168)
Provisões para litígio	-	-	-	(90)	-
Outros passivos	(680)	-	-	(584)	(75)
Patrimônio Líquido	53.512	5.808	(52)	52.900	3.567
Alocação provisória do ágio					
Parcela adquirida	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido adquirido	53.512	5.808	-52	52.900	3.567
Contraprestação transferida a valor justo	154.085	40.104	1.006	142.289	28.791
Ágio provisório a ser alocado	100.573	34.296	1.058	89.389	25.224

Ativos identificáveis e passivos assumidos

Mais-valia de ativos imobilizados	6.772	3.595	-	4.753	1.467
Valor justo da marca	24.684	4.160	-	14.915	2.705
Valor justo de acordo de não competição	8.687	1.355	34	5.914	2.380
Valor justo da carteira de clientes	21.188	3.618	-	19.274	2.496
Alocação definitiva do ágio - Residual	39.242	21.568	1.024	44.533	16.176
Total dos ativos alocados	100.573	34.296	1.058	89.389	25.224

A tabela acima resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, os quais foram registrados pela Companhia com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada. (a) *Cerealista Nova Safra Ltda.* Em 04 de janeiro de 2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"), distribuidora de produtos para padarias, restaurantes, sorveterias, buffets, bares, hotéis, cozinhas industriais, confeitarias, lanchonetes, entre outros segmentos. A empresa realiza entregas em todo o estado de MG. Foram adquiridos 44.190.000 cotas, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Empresa pelo valor de R\$ 154.085: (i) R\$ 78.552 pagos na data da aquisição aos antigos acionistas; (ii) R\$ 61.211 a serem pagos em 5 (cinco) parcelas, atualizadas pela variação do IPCA, com primeiro vencimento em 04 de janeiro de 2022 e último vencimento em 04 de janeiro de 2026; (iv) R\$ 4.910 a título de parcela variável, a ser liberada mediante ao cumprimento de metas dispostas entre as partes; (v) R\$ 2.758 a serem pagos ao assessor financeiro, sendo R\$ 1.448 na data do pagamento da primeira parcela, e o restante, proporcionalmente no vencimento das demais parcelas; (v) R\$ 6.654 pagos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii), (iv) e (v), totalizando uma contraprestação paga de R\$ 154.085. (b) *Flecha Foods Ltda.*: Em 30 de junho de 2021 a

Notas Explicativas da DFS HOLDING S.A.

Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Flecha Foods Ltda. ("Flecha"), uma distribuidora com sede em Linhares no Espírito Santo e filial em Teixeira de Freitas na Bahia, com mais de 23 anos de experiência em distribuição de frios e congelados em geral. Foram adquiridas 3.280.000 quotas da Flecha, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo valor de R\$ 40.104, sendo: (i) R\$ 20.000 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) 17.000 a título de pagamento parcelado; (iii) R\$ 4.000 referente a parcela variável condicionada ao desempenho futuro do negócio adquirido. Na data de aquisição há evidências de que estas condições de desempenho futuro teriam alta probabilidade de acontecerem, desta forma esta parcela foi considerada no preço pago, conforme CPC 15 (R1), item 53; e (iv) Ajuste de preço negativo de (R\$ 896) retidos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii) e (iv) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 40.104. (c) *Frios Transportadora Ltda.*: Em 30 de junho de 2021 a Controlada HOK Transportes Ltda. adquiriu a Empresa Frios Transportadora Ltda. ("Frios"), com sede na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, atuante no mercado de transporte rodoviário desde 2017. Foram adquiridas 20.000 quotas da Frios, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo valor de R\$ 1.006, sendo: (i) R\$ 1.000 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) R\$ 6 pagos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i) e (ii) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 1.006. (d) *Johann Alimentos Ltda.*: Em 31 de agosto de 2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Johann Alimentos Ltda. ("Johann"), com sede em Estância Velha no estado do Rio Grande do Sul, está no mercado há mais de 45 anos liderando o serviço de distribuição de alimentos na região sul do país. Foram adquiridas 3.500.000 quotas do Johann, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo preço de R\$ 142.289. As Partes reconhecem e concordam expressamente que o preço de aquisição foi estabelecido de mútuo acordo entre as partes de acordo com as seguintes premissas: (i) R\$ 52.900 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) R\$ 2.266 pagos a título de ajuste de preço; (iii) 69.000 a título de pagamento parcelado e (iv) R\$ 18.123 a título de parcela retida, que será liberada mediante a cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, pelo prazo de 5 anos, parcelas estas corrigidas pela variação do IPCA entre a Data do Fechamento até a data do seu efetivo pagamento. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii) e (iv) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 142.289. (e) *Nóia Alimentos Ltda.*: Em 31 de agosto de 2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Nóia Alimentos Ltda. ("Nóia"), presente no Rio Grande do Sul, na região do Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, Vale do Caí, Região das Hortências, Porto Alegre e Grande Porto Alegre, a Nóia Alimentos é uma empresa focada em distribuição de alimentos. Foram adquiridas 250.000 quotas da Nóia, que representam 100% do capital votante e capital total da Empresa pelo preço de R\$ 28.791. As Partes reconhecem e concordam expressamente que o preço de aquisição foi estabelecido de mútuo acordo entre as partes de acordo com as seguintes premissas: (i) R\$ 13.225 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) 15.000, pagos a título de pagamento parcelado; e (iii) R\$ 566 pagos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), e (iii) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 28.791. **Informações adicionais à aquisição:** Os valores das transações, foram alocados nas datas das aquisições aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações, os quais serão amortizados pelo prazo remanescente de 5 a 78 anos conforme laudo de vida útil remanescente da avaliação dos bens.

9. Imobilizado

	Controladora				
	31/12/2021		31/12/2020		
Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	5% - 17%	176	(75)	101	115
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	8	(4)	4	5
Equipamentos de Informática	6% - 20%	325	(225)	100	158
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	1.223	(176)	1.047	958
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	1	(1)	-	1
Total		1.733	(481)	1.252	1.237

	Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020		
Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	1,3% - 4%	33.827	(2.116)	31.711	-
Terrenos	0%	1.028	-	1.028	-
Veículos	7% - 20%	99.880	(59.776)	40.104	21.146
Móveis e utensílios	5% - 17%	19.318	(11.000)	8.318	4.489
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	29.593	(16.447)	13.146	8.932
Equipamentos de Informática	6% - 20%	11.786	(7.363)	4.423	4.113
Imobilizado em andamento	-	2.419	-	2.419	5.144
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	15.128	(2.759)	12.369	5.858
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	94	(62)	32	14
Total		213.073	(99.523)	113.550	49.696

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora				
	31/12/2020		31/12/2021		Saldo

☆continuação

Notas Explicativas da DFS HOLDING S.A.

	Consolidado					
	Movimentação					
	31/12/2019		Adição por			31/12/2020
	Saldo no início	do exercício	Adições	Aquisição	Amortização	Saldo final
Softwares	5.898	12.003	–	(2.122)	(5)	17.492
Carteira de clientes	65.191	15.685	–	(9.603)	–	71.273
Não competição	1.626	8.105	–	(1.687)	–	8.044
Marcas e nomes comerciais	1	28.644	–	(2.599)	–	26.046
Ágio	46.854	34.060	–	–	–	80.914
Total	119.570	98.497	–	(16.011)	(5)	203.769

O valor registrado de ágio é composto em 31 de dezembro de 2020 e 2021 da seguinte forma:

	Consolidado	
	2021	2020
Congebbras	5.170	5.170
Oesa	5.165	5.165
Baía Norte	10.927	10.927
Imperial	25.592	25.592
Frigonepi	15.427	15.427
DB Distribuidora	13.961	13.961
Sol de Maio	4.672	4.672
Cerealista Nova Safra	39.242	–
Flecha Foods	21.568	–
Johann Alimentos	44.533	–
Noia Alimentos	16.176	–
Frios Transportadora	1.024	–
Total	203.457	80.914

A Companhia realizou teste de impairment em seus investimentos. O método utilizado para o teste de recuperabilidade foi o de "Valor em Uso", conforme determinado pelo pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos. Para descontar o fluxo de caixa e apresentá-lo ao valor presente, foi definida uma taxa de desconto nominal de 10,5% ao ano.

11. Partes relacionadas: Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Ativo:		
Ativo não circulante:		
Contas a receber com parte relacionadas:		
OESA S.A.	2.285	1.795
HOK Transportes Ltda.	–	707
MG LOG Transp. Rodoviários e Logística	–	152
MGFRIO Armazém Gerais Ltda.	–	88
Congebbras Alimentos S.A.	–	353
Imperial Distribuidora	–	347
	2.285	3.442

	Controladora	
	2021	2020
Passivo:		
Passivo não circulante:		
Contas a pagar com partes relacionadas:		
OESA S.A.	–	1.500
	–	1.500

	Controladora	
	2021	2020
Resultado:		
Resultado operacional:		
Efeito no resultado (a)	7.010	16.205
	7.010	16.205

(a) Refere-se a serviços de administração financeira prestados pela DFS Holding S.A.

12. Remuneração da administração: Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$8.212 na Companhia e R\$14.284 no Consolidado (R\$4.172 e R\$7.326, respectivamente em 31 de dezembro de 2020), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	3.510	2.095	7.220	4.010
Bônus	3.906	1.658	5.526	2.514
Encargos sociais	796	419	1.538	802
Saldo final	8.212	4.172	14.284	7.326

13. Fornecedores: O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores produtos de revenda	–	–	254.690	157.907
Prestadores de serviços	390	171	8.200	10.994
Outros	–	–	1.397	1.819
Total	390	171	264.287	170.720

14. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e ordenados a pagar	276	317	6.708	5.110
Provisão de bônus e gratificações	5.662	3.417	10.891	7.997
Férias e encargos	744	575	18.918	10.325
INSS a recolher	193	135	3.720	1.967
IRRRF a recolher	358	453	2.161	1.687
FGTS a recolher	47	56	1.299	751
Outros	–	–	443	117
Total	7.280	4.953	44.140	27.954

15. Obrigações por compra de participações (consolidado): O saldo é composto por parcelas ainda a serem pagas referente a compras de Empresas e Companhias ao qual a DFS possui participação direta ou indireta, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Oesa Comércio e Representações	–	6.000	5.244	11.882
Baía Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	–	–	5.565	7.029
Imperial Importação e Exportação Ltda.	–	–	12.001	19.189
Sol de Maio Ltda.	–	–	1.619	4.779
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	–	–	14.000	17.000
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	–	–	1.181	1.181
Cerealista Nova Safra Ltda.	–	–	67.339	–
Flecha Foods Ltda.	–	–	20.104	–
Johann e Noia Alimentos Ltda.	–	–	104.068	–
Outras valores a pagar a antigos sócios	–	–	17.143	–
Juros incorridos	–	101	18.752	2.078
	–	6.101	267.016	63.138
Curto prazo	–	6.101	75.108	19.774
Longo prazo	–	–	191.908	43.364
	–	6.101	267.016	63.138

No decorrer do ano de 2021, através da controlada Oesa, foram adquiridas as Empresas Cerealista Nova Safra Ltda., Flecha Foods Ltda., Johann e Noia Alimentos Ltda., Frios Transportada Ltda. e Noia Alimentos Ltda. Essas aquisições possuem pagamentos diferidos, conforme contrato de compra e venda assinado com os antigos sócios das Empresas, assim aumentando em R\$ 208.654 o endividamento com obrigações por compra de participações. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição estão apresentados, individualmente, na nota explicativa nº 8. Durante o ano de 2020 a Companhia celebrou Aditamentos ao Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças (o "Contrato de Subscrição") celebrado com os Vendedores da Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. (a OESA). De acordo com tais aditamentos, a Companhia se comprometeu a pagar ao ODBG Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP ODBG), acionista minoritário da Companhia, a título de contrapartida pelas obrigações de não concorrência assumidas pelo FIP ODBG nos termos do Acordo de Acionistas firmado com a Companhia, o valor de R\$15.000. Deste valor, já foi pago o montante de R\$8.803 em 2020 e o saldo devidamente pago no decorrer do ano calendário de 2021. Adicionalmente, foi estabelecido o valor de R\$5.685 a título de limite mínimo de perdas que venham a ser incorridas pela Companhia e/ou respectivas partes indenizáveis pelas quais os sócios minoritários vendedores da OESA não seriam responsáveis por indenizar a Companhia, permanecendo, no entanto, responsáveis por indenizar todo e qualquer valor de perdas que superar tal limite mínimo ("franquia de perdas"). **16. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a provisão constituída de R\$24.774 no consolidado (R\$18.020 em 31 de dezembro de 2020) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

	Consolidado	
	2021	2020
Natureza Processual		
Cível	669	425
Tributário	21.608	16.406
Trabalhista	2.497	1.189
Total	24.774	18.020

Os processos tributários demonstrados se referem substancialmente a processos de polo ativo. A Companhia possui liminar para realizar os pagamentos através de depósitos judiciais até que seja julgada a ação de forma definitiva.

	Consolidado					
	Movimentação					
	31/12/2019		Adição por			31/12/2020
	Saldo no início	do exercício	Adições	Aquisição	Amortização	Saldo final
Softwares	5.898	12.003	–	(2.122)	(5)	17.492
Carteira de clientes	65.191	15.685	–	(9.603)	–	71.273
Não competição	1.626	8.105	–	(1.687)	–	8.044
Marcas e nomes comerciais	1	28.644	–	(2.599)	–	26.046
Ágio	46.854	34.060	–	–	–	80.914
Total	119.570	98.497	–	(16.011)	(5)	203.769

A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	18.020	15.242
Adição por aquisição de empresa controlada	90	–
Baixa/Reversão de processos cível	(121)	(66)
Início de ação jurídica de origem cível	365	227
Início de ação jurídica de origem trabalhista	1.749	725
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	(530)	(362)
Ação tributária depositada judicialmente	5.201	2.254
Saldo final	24.774	18.020

Os processos com probabilidade de perda classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$28.805 (R\$22.128 em 31 de dezembro de 2020) segregados nas seguintes esferas jurídicas.

	Consolidado	
	2021	2020
Natureza Processual		
Cível	1.115	5.138
Tributário	22.389	13.542
Trabalhista	5.301	3.448
Total	28.805	22.128

Os processos apontados como perda possível de natureza cível se referem a processos por danos morais. Já os processos de natureza trabalhistas se referem a verbas indenizatórias. Os processos tributários são de cunho Estadual e estão em defesa administrativa junto aos Estados. A Companhia e suas Controladas tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$40.125 (R\$25.041 em 31 de dezembro de 2020).

	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhista	222	252
Cível	180	19
Tributários	39.723	24.770
Total	40.125	25.041

A controlada Oesa Comércio e Representações S.A. é parte investigada, juntamente com outros distribuidores, produtores e entrepostos frigoríficos de Santa Catarina, despachantes aduaneiros e fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Santa Catarina, no Inquérito Policial distribuído perante a Justiça Federal de Itajaí sob o nº 5012044-62.2016.4.04.7208 em 15/08/2016 pela Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC - Superintendência Regional em Santa Catarina, conhecido como Operação Fugu. O Inquérito versa sobre supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. O Inquérito resultou na apreensão de amostras de pescados congelados na controlada e em outras investigadas visando estudos periciais. Foi apresentado pelo Delegado o relatório final da investigação, não tendo sido confirmada a presença de indícios de prática de crimes de corrupção ou outros crimes contra a administração pública por parte dos representantes e/ou funcionários da OESA. O Delegado entendeu, em relação a OESA, que se faz necessário prosseguir apenas com relação ao resultado das análises periciais das amostras de pescados que foram apreendidos, devendo a continuidade das investigações ocorrer na Polícia Federal de Joinville, responsável por fatos ocorridos na Cidade de Jaraguá do Sul, onde está situada a matriz da OESA. Aguardamos manifestação do Ministério Público sobre o relatório do Delegado. Não houve movimentação no processo no decorrer do ano-calendário de 2021 e até a emissão dessas demonstrações financeiras. **17. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 09 de janeiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi integralizado o capital social que constava pendente de integralização na ordem de R\$80.260. Com a integralização realizada, todo o capital de capital social subscrito está integralmente integralizado. Em 01 de abril de 2020, em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$39.124 mediante emissão de 39.123.477 novas ações. Em 13 de novembro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$116, mediante emissão de 100.000 novas ações. Em 17 de novembro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$80.000, mediante emissão de 80.000.000 novas ações. Em 28 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$87.665, mediante emissão de 87.664.871 novas ações. Em 01 de dezembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$74.213, mediante emissão de 74.212.693 novas ações. Em 31 de dezembro de 2021 o capital integralizado da Companhia é de R\$691.588 (R\$529.710 em 31 de dezembro de 2020), com a composição acionária a seguir:

	2021		2020	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionista				
Brazilian Private Equity V - Fundo de Investimento em Participações	519.029	74,66	358.011	67,14
ODBG Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	147.528	21,22	147.527	27,66
Outros	28.613	4,12	27.754	5,20
	695.170	100	533.292	100

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. **Transações entre sócios:** Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 14 de novembro de 2017, foi aprovada a troca das ações ordinárias detidas pelos acionistas não controladores nas controladas Oesa e Congebbras por 170.893.330 ações ordinárias da Companhia, no montante de R\$170.893, correspondentes a 41,28% de participação. A troca de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na troca de ações calculado pela diferença entre o valor do aumento de capital e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$102.450, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária.

18. Receita líquida:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de vendas e serviços	3.109.389	2.089.931
(-) Dedução da receita bruta	(345.495)	(228.711)
Impostos	–	(332)
Descontos	–	(332)
Provisão para perdas esperadas com clientes	(14.232)	(20.030)
Devolução de vendas e serviços	(72.555)	(57.336)
Receita líquida	2.677.107	1.783.522

19. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias de revenda	–	–	(2.149.087)	(1.445.423)
Depreciação e amortização	(860)	(3.644)	(65.654)	(39.236)
Serviços de terceiros	(2.654)	(4.573)	(60.128)	(43.789)
Salários e encargos sociais	(4.211)	(13.367)	(189.541)	(133.024)
Comissões	–	–	(66.862)	(58.547)
Frete e agregados	–	–	(68.701)	(48.868)
Serviços de armazenagem	–	–	(7.760)	(685)
Aluguel e condomínio	–	(179)	–	(15.860)
Energia elétrica	–	–	(10.798)	(7.008)
Outras despesas	(3.256)	(1.098)	(4.642)	(9.112)
Total	(10.981)	(22.861)	(2.623.173)	(1.801.552)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	–	–	(2.149.087)	(1.445.423)
Despesas com vendas	–	–	(147.206)	(100.404)
Despesas gerais e administrativas	(15.919)	(22.875)	(353.920)	(246.953)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.938	14	27.040	(8.772)
Total	(10.981)	(22.861)	(2.623.173)	(1.801.552)

20. Outras receitas/(despesas operacionais):

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Descarga de mercadorias	–	–	3.096	2.315
Recuperação de despesas	4.938	–	1.270	722
Alienação de imobilizado	–	–	7.253	342
Pagamentos de obrigações com antigos sócios	–	–	–	(15.419)
Recuperações tributárias	–	–	–	

→☆continuação

riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surtem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	61	140	141.351	121.689
Contas a receber	-	-	199.554	148.792
	61	140	340.905	270.481

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia e suas controladas avaliem regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidos. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Fator de risco	Saldo		Efeito na despesa financeira			
	Risco	31/12/2021	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Passivo						
Fornecedores						
Taxa do dólar utilizada - R\$	Aumento do dólar	41.875	31.407	52.344	20.938	62.813
		5.5799	4.1849	6.9749	2.7900	8.3699

25. Cobertura de seguros:

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Incêndios	510.830
Perda de aluguel	15.510
Lucros cessantes	62.750
Danos morais	2.900
Vendaval	36.555
Responsabilidade civil	61.590
Danos elétricos	4.733
Impacto de veículos	6.710
Equipamentos	11.060
Desmoronamento	4.950
Frota (veículos/casco)	376.633
Outros	7.959
	1.102.180

26. Transações não envolvendo caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para expansão de suas operações, a Companhia adquiriu, através de sua controlada Oesa Comércio e Representações S.A., controle indireto de quatro empresas, Cerealista Nova Safra Ltda., Flecha Foods Ltda., Johann Alimentos e Noia Alimentos. Tais efeitos, da aquisição dos ativos dessas Empresas, não envolveram caixa, pois ainda se encontram pedente de pagamento. O saldo pedente de pagamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	5.565	7.029
Imperial Importação e Exportação Ltda.	12.001	19.189
Sol de Maio Ltda.	1.619	3.779
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	14.000	17.000
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.181	1.181
Cerealista Nova Safra Ltda.	67.339	-
Flecha Foods Ltda.	20.105	-
Johann Alimentos Ltda.	86.554	-
Noia Alimentos Ltda.	17.515	-
Juros incorridos	18.750	2.078
	244.629	50.256
Curto prazo	52.721	6.892
Longo prazo	191.908	43.364
	244.629	50.256

A Diretoria

Maurício Câmara - Diretor Presidente

Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **DFS Holding S.A.** - São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a controlada Oesa, juntamente com outras empresas distribuidoras da região de Santa Catarina, estão sendo investigadas pelas autoridades em virtude de denúncia realizada acerca de supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Em 31 de dezembro de 2021 os fatos ainda estavam sendo apurados pelas autoridades e, nesse momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou sua controlada decorrente deste processo de investigação externo, nem seus eventuais efeitos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria

Findo exercício em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou em seu balanço os efeitos não caixa de remensuração referente ao reconhecimento do CPC 06 (R2), os quais estão dispostos a seguir:

	Consolidado	
	2021	2021
Ativo		
Não circulante		
Direitos de uso	53.466	38.666
Total ativo não circulante	53.466	38.666
Total do ativo	53.466	38.666

	Consolidado	
	2021	2021
Passivo		
Circulante		
Arrendamento mercantil	6.251	5.132
Total passivo circulante	6.251	5.132
Não circulante		
Arrendamento mercantil	47.215	33.534
Total passivo circulante	47.215	33.534
Total do passivo	53.466	38.666

27. Eventos subsequentes: Aquisição da Fröhlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais: Foi celebrado em 12 de janeiro de 2022, Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, datado em 28 de outubro de 2021, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domissanitários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. O preço de aquisição no montante de até R\$ 147.500 com pagamento inicial de R\$ 70.000, sendo que o restante será liquidado nos próximos 5 anos, considerando ainda uma parcela variável de até R\$ 15.000 do preço de aquisição tendo algumas metas atingidas e líquido de eventuais montantes objeto de retenção e/ou compensação.

Balanço Patrimonial

FROHLICH S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		
(Em milhares de reais - R\$)		
Ativo	Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	Arrendamento	2.106
Contas a receber	Fornecedores	25.502
Estoque de mercadorias	Obrigações trabalhistas	4.738
Impostos a recuperar	Impostos a recolher	1.772
Adiantamentos a fornecedores	Outras contas a pagar	263
Outros créditos	Outros créditos	450
Total do ativo circulante	Total do passivo circulante	34.381
	Não circulante	
Não circulante	Arrendamento LP	629
Depósitos judiciais	Total do passivo não circulante	629
Outros créditos		
Imobilizado	Patrimônio líquido	
Intangível	Capital social integralizado	25.002
Ativo de direito de uso	Ajuste de avaliação patrimonial	1.057
Total do ativo não circulante	Reservas de lucros	42.131
	Total do patrimônio líquido	68.190
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	103.200

Outro ponto significativo a ser informado sobre eventos subsequentes é que a administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID 19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Companhia não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.

28. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de março de 2022.

Contador

Vagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>